

Influência e poder nas Operações de Informação: um novo paradigma de Defesa

7



Capitão de Fragata **Vinícius Mendonça dos Santos**

Formado em Ciências Navais com habilitação em Eletrônica na Escola Naval, realizou diversos cursos nas áreas de Comunicação Social, Eletrônica, Segurança de Aviação e Gestão de Manutenção de Aeronaves, entre os quais se destacam: *Airframe, Powerplant, Electrical e Avionics* das Aeronaves AF1B/1C (Embraer); Introdução à Gestão de Projetos, Orçamento Público, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos (ENAP). Desempenhou funções administrativas e operacionais, entre as quais se destacam: Encarregado da Seção Aviônica do Grupo de Recebimento e Modernização das Aeronaves AF-1/1A, Encarregado da Divisão de Operações no Navio-Tanque Marajó e 1º Ajudante da Divisão O-2 da Corveta Jaceguai.

Introdução

O notório fortalecimento da opinião pública, a onipresença dos órgãos de imprensa, a redução do controle estatal sobre as agências de notícias, o acesso mais facilitado aos meios de comunicação de massa e o protagonismo de cada cidadão por meio das mídias sociais vêm aumentando a relevância das Operações de Informação (OpInfo).

Um olhar mais atento sobre as origens históricas dos grandes conflitos permite-nos inferir que a aquiescência da opinião pública para levar adiante as políticas de Estado, principalmente aquelas relacionadas com o custo para o emprego das Forças Armadas, torna-se cada vez mais importante. O conflito, mais do que um fenômeno político, é oriundo de um dilema social.

Sobre esse aspecto, intensas campanhas de Operações de Informação com propaganda e preparação psicológica destinada a proteger e, até mesmo, inflamar paixões populares passam a preceder o início de certas ações militares, inclusive no período de paz. Não obstante, a própria população civil do Estado antagonico poderia ser vista como um alvo legítimo no ambiente informacional por representar o esteio do poder político do oponente.

Dessa forma, faz-se necessário propor uma reflexão sobre as observações colhidas durante a participação da Marinha do Brasil nas Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD). Os principais pontos interessantes são: a influência da Revolução da Informação nos ambientes marítimo e fluvial; a atividade de criminosos; e, por fim, a atuação mitigadora das Operações de Informação nas fases do planejamento e da execução, encerrando com as respectivas lições aprendidas.

1. Aspectos do ambiente informacional nos meios marítimo e fluvial

É importante observar a colocação do Almirante Castex sobre a presença humana no ambiente marítimo suportada pela evolução tecnológica que estimula a infraestruturação do mar, sua territorialização e a redução da liberdade estatal. Nesse sentido, destaca-se o relato do Almirante Ilques Barbosa no livro *Oceanopolítica*: ele afirma que a ocupação humana dos espaços oceânicos respalda a ampliação de direitos dos Estados numa espécie de conceito reeditado do *Uti Possidetis*, segundo o qual uma determinada área pertence a quem a ocupa.

Assim, o ambiente informacional vem sofrendo influência do cotidiano marítimo num patamar nunca visto antes, levando à necessidade de uma ação prudente também nesse espectro. O desafio brasileiro é agravado devido à sua extensa rede hidrográfica, que atravessa uma das áreas naturais mais cobiçadas do mundo: a população da região se encontra distante do aparato estatal e pode estar sujeita à manipulação de diversos protagonistas, como organizações criminosas e ONGs.

2. Campo fértil para a atuação de criminosos

A expansão das atividades criminosas no Brasil vem ganhando destaque nos meios de comunicação. A interconectividade global e a facilidade tecnológica acabam por viabilizar a ramificação de redes de comércio ilegal especializadas em drogas, armas, explosivos, descaminho, etc.

Nesse contexto, cumpre analisar o que assegurou Woloszyn (2013) no livro *Guerra nas Sombras*: "O crime organizado, a migração e o extremismo violento estão em alta e possivelmente serão os mais importantes

fatores de desestabilização dos Estados nacionais”. Dessa forma, os atores não estatais acirram concorrência com Estados nacionais pela influência sobre a população. No caso brasileiro, organizações criminosas buscam manipular e cooptar jovens, tanto nos aglomerados urbanos quanto nas áreas fronteiriças.

Nesse aspecto, a soberania permanecerá um conceito válido para a integridade territorial, mas a soberania econômica, a soberania da informação e a soberania cultural ficarão cada vez mais difíceis de proteger em razão do efeito imprevisível da Revolução da Informação e de métodos assimétricos de guerra com sua espantosa velocidade de mutação.

3. Planejamento das Operações de Informação nas Missões Conjuntas do MD

O planejamento conjunto da execução das OplInfo dentro da Área de Operações (AOp) pode ficar a cargo da Força Conjunta de Operações Especiais (FCjOpEsp), que se pauta na busca do Estado Final Desejado (EFD) indicado pelo Comandante no mais alto nível do Estado-Maior do Comando Conjunto (EMCCj), com foco restrito ao público-alvo da AOp.

Nesse intento, almeja-se atuação na população local e em lideranças locais, *influencers* e integrantes do crime organizado, Órgãos de Segurança Pública (OSP), mídia local, autoridades da faixa de fronteira e até mesmo os próprios integrantes das Forças Armadas Brasileiras. Dessa forma, a Capacidade Relacionada à Informação (CRI), conhecida como Assunto Civil-Militar, busca conciliar as atividades de autoridades governamentais, ONGs, militares e população local assistida, propiciando sua continuidade mesmo num ambiente conflituoso.

Outro ponto importante sobre o planejamento da campanha informacional e sua respectiva aprovação pelo Comandante do EMCCj é a sua definição anterior à chegada das forças beligerantes na AOp. Ou seja, a modelagem do ambiente informacional demanda tempo prolongado e deve viabilizar apoio a fim de facilitar as ações a serem executadas, como algumas sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 1: Tarefas executadas no planejamento da OplInfo.

Tarefas normalmente executadas no planejamento da campanha de OplInfo
Identificação de narrativas desfavoráveis às Forças Armadas na AOp antes do emprego da tropa.
Identificação de vetores de influência amigos, neutros e hostis na AOp.
Integração das CRIs disponíveis.
Emissão de diretrizes para a confecção de produtos a serem disseminados.

Fonte: O autor.

4. A execução das Operações de Informação nas Missões Conjuntas

O emprego coordenado da CRI potencializa as ações cinéticas por meio do domínio do ambiente informacional – como a CRI focada em Operações Psicológicas, cuja característica peculiar é poder empregar seus destacamentos no terreno antes mesmo do deflagrar da Operação.

A CRI interage com setores de comunicação, assessoria de imprensa, OSP e agências externas às Forças Armadas presentes na AOp, quando observam fielmente o alinhamento do discurso da narrativa em vigor aprovada.

Quadro 2: Tarefas desenvolvidas na execução da OplInfo.

Tarefas normalmente desenvolvidas na execução da campanha de OplInfo
Acompanhamento dos noticiários locais e nacionais veiculados pelas mídias.
Compilação das informações recebidas da CRI relacionadas à identificação de vetores de influência.
Coordenação das ações de apoio aos integrantes das Seções de Comunicação Social e de Assunto Civil-Militar dentro da AOp.
Coordenação da defesa cognitiva dos integrantes que estiveram em contato direto com a população.
Participação no processo decisório em conjunto com as demais seções do Estado-Maior.
Contribuição para a consciência situacional e o estabelecimento da narrativa dominante.

Fonte: O autor.

5. Lições aprendidas nas OplInfo durante as Missões Conjuntas do MD

No intuito de melhor abordar as experiências colhidas durante a realização das OplInfo nas Missões Conjuntas, o tema foi subdividido em: fatos observados, avaliação dos indicadores da campanha e manutenção do domínio do ambiente informacional.

5.1. Fatos observados nas Missões Conjuntas das Forças Armadas

A Inteligência vem se mostrando vital para as Operações de Informação, sendo desejável a sua participação em todo o ciclo do conhecimento necessário ao planejamento, à condução e à avaliação das atividades das Capacidades Relacionadas à Informação.

Doutrinariamente, as ações de OplInfo e Comunicação Social (ComSoc) são controladas no mais alto nível hierárquico, uma vez que o ambiente informacional é único por não haver separação entre os níveis, que variam do político ao tático. Com isso, as apreciações dos produtos, o tipo de propaganda (branca, cinza e negra)¹ e a forma de disseminação são prerrogativas do comandante no mais alto nível hierárquico.

Um desafio à parte é a busca por velocidade no processo decisório e consciência situacional diante da evolução dos acontecimentos previstos pelo conceito conhecido como Ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir, Agir). O desafio é vencido com liberdade de ação e simplificação do canal de comunicação entre o Comandante do EMCCj e os integrantes na cena de ação, que poderão atuar em áreas de difícil acesso e comunicação.

O caso particular das Operações na Amazônia e a extensa fronteira pluvial requer um olhar atento nos comunicadores-chave e/ou nas lideranças locais, que podem incitar a população local contra as operações de combate aos crimes transfronteiriços e ao garimpo ilegal. Quanto ao garimpo ilegal, a população local carece de assistência e emprego, e parte dela depende dessa atividade para o sustento familiar.

Nesse sentido, são fundamentais ações de contrapropaganda mitigatória para expor a manipulação e a falta de credibilidade das lideranças negativas, além de fomentar o sentimento de patriotismo, tão degradado nessas localidades em razão da notória falta de infraestrutura do aparato estatal.

Figura 1: Operação Ágata Fronteira Norte, 28 jul. 2023.



Fonte: Flickr, 2023.

¹Propaganda Branca é aquela assinada, que identifica claramente a sua origem e é disseminada e endossada pela fonte. Propaganda cinza é aquela em que os produtos ocultam ou não identificam a sua origem sem, no entanto, pretender atribuí-la a outra origem diferente da verdadeira. A propaganda negra é produzida de forma que a sua origem seja atribuída a outra fonte diferente da real.

Quanto às atribuições subsidiárias, como Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Ajuda Humanitária, é importante destacar a relevância das OplInfo no que tange ao incentivo às autoridades e à população assistida para se engajarem nas diversas tarefas que seriam executadas apenas pelas Forças Armadas e pelos OSP. Embora seja difícil mensurar em números, uma vez que depende de cada situação, pode-se vislumbrar grande redução do quantitativo de militares envolvidos, recursos despendidos e esforço logístico com transporte, material, alimentação e acomodação.

5.2. Avaliação dos indicadores da campanha de OplInfo

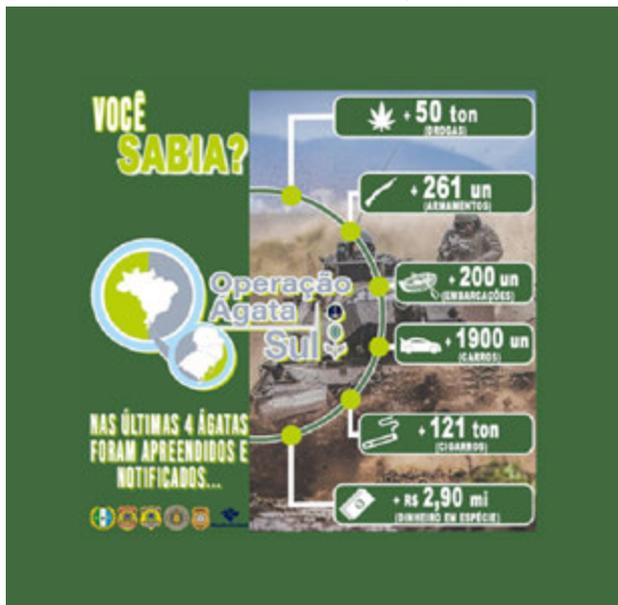
Embora haja previsão de destacamentos na cena de ação para a realização de pesquisa de campo visando à mensuração da campanha com base nos efeitos desejados da Operação, o esforço empregado na avaliação da OplInfo no que se refere às medidas de desempenho e eficácia apresentam resultado abstrato.

As métricas para mensuração apresentam certa dificuldade, pois, além da maioria dos produtos ser disseminada por colaboradores, os destacamentos não possuem controle nem do alcance da influência da disseminação dos produtos, e nem da distância ou da quantidade de pessoas atingidas. Esse controle fica com os vetores de propagação dos produtos realizado por colaboradores por meio de suas rádios, empresas de ônibus, sites de universidades, prefeitura, Câmara de Vereadores, entre outros.

Dessa forma, o sucesso do principal ponto decisivo informacional (apoio da população local às ações das Forças Armadas) não pode ser plenamente mensurado, uma vez que o controle está fora da gerência da seção de OplInfo. A título de exemplo, podem ser citados o número de denúncias computado pelo Disque Denúncia, que fica a cargo dos OSP, ou o recebimento de *feedback* das postagens de uma determinada rádio local no seu site.

A avaliação da internalização das ideias-força propagadas nos produtos por parte do público-alvo naturalmente é carregada de subjetividade, o que demanda a continuidade dessas ações por um longo período de tempo para que haja assertividade. Não obstante, o emprego de TI, *software* e inteligência artificial para o assessoramento é bem-vindo. Ressalta-se que uma AOp não muito extensa aumenta a possibilidade de sucesso nas medidas de desempenho e alcance eficaz dos produtos da campanha de OplInfo atinente ao público-alvo.

Figura 2: Dados mensurados na Operação Ágata Sul 2023.



Fonte: Jornal Noroeste, 2023.

Figura 3: Dados mensurados na Operação Ágata Oeste 2023.



Fonte: Destacamento de Operações Psicológicas.

5.3. Manutenção do domínio do ambiente informacional

A pesquisa sobre os habitantes e as forças oponentes na AOp deve ser um processo cotidiano e contínuo, realizado diariamente por Organização Militar sediada no local, podendo contar com a participação de instituições

diversas nesse processo, como, por exemplo, escolas e universidades locais. O detalhamento e a análise sistemática do público-alvo e das circunstâncias reinantes no meio ambiente atual geram um banco de dados extremamente importante para o início dos trabalhos dos operadores do ambiente informacional, conhecido como Levantamento de Área para Operações de Informação (LAOI) e Levantamento de Área para Operações Psicológicas (LAOP).

Figura 4: Operação Ágata Oeste 2023.



Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa.

Por outro lado, é comum, após o deflagrar de uma Oplnfo, a atualização mediante contato estreito com a população para a entrega de um banco de dados mais robusto como legado útil à Estratégia Militar de Defesa. Esse documento constitui um valioso subsídio para o Estudo de Situação que, constantemente atualizado, fornece informações relevantes sobre os fatores fisiográficos, políticos, econômicos, psicossociais, militares e de opinião pública da área onde se pretende atuar.

Assim sendo, ao iniciar um planejamento, o ideal é apenas fazer uma breve atualização dos estudos já prontificados por especialistas locais em razão da premência do tempo alocado. Nessa ocasião, conta-se com a participação das seções de Planejamento, Inteligência e Operações, que, juntamente com especialistas em OpPsc, coordenam estreitamente suas atividades com foco nas análises do público-alvo local, nas propagandas adversas e na produção de conhecimentos correntes.

Nas operações ofensivas, o elemento surpresa é sempre um fator chave; as Oplnfo, especialmente, ampliam as opções de linhas de ação cinéticas no sentido de manipular a consciência situacional de integrantes adversos, por exemplo, quanto ao verdadeiro local onde será desencadeada a ação, à data da operação e à magnitude da força aplicada.

No entanto, uma breve avaliação do ganho operacional com a coordenação das CRIs frente a um possível

risco de dano colateral político recomenda cautela e liberdade das ações ilusionistas. Ataques eletrônicos e cibernéticos, assim como as propagandas cinza e negra não costumam ser autorizados no Brasil, o que limita tanto a capacidade de obtenção de dados negados das organizações criminosas (OrCrim) quanto a interrupção do seu fluxo de comunicação e a indução a equívocos.

Conclusão

Após analisar as especificidades das Operações de Informação, levando em consideração as experiências constatadas nas Operações Conjuntas, pode-se inferir que a estrutura existente dedicada às Oplnfo ainda se encontra em consolidação, carecendo de recursos humanos habilitados nas tarefas de Estado-Maior.

O paulatino desenvolvimento da atividade é uma realidade, uma vez que as Oplnfo propiciam não só a prática da coordenação das CRIs, normalmente adjudicadas à FCjOpEsp na AOp, mas também o aprendizado com a sinergia entre OSP, prefeitura, Câmara Municipal, instituições de ensino, organizações governamentais, ONGs, vetores de influência e a população civil local, entre outros segmentos da sociedade.

Por fim, como legado das Oplnfo executadas nas missões conjuntas, é desejável que seja mantida de forma perene, por organização militar local, a modelagem da percepção e da aceitação da população do seu entorno às ideias-força da missão, além da continuidade da criação dos laços de amizade e cooperação, tão necessários para a execução das diversas missões diretamente relacionadas ao público, como ajuda humanitária, GLO e combate aos crimes nos ambientes marítimo, ribeirinho e terrestre.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina de Operações de Informação**. 62 páginas. Brasília: EMA, 2018.

FLICKR. Página Oficial da Marinha do Brasil. Imagens oficiais da atuação da Marinha do Brasil. **Operação Ágata Fronteira Norte – 2023**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/mboficial/53119136240/in/album-72177720310501706/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

JORNAL NOROESTE. **Exército realiza Operação Ágata na região**. Publicação: 06 jul. 2023. Disponível em: <<https://jornalnoroeste.com.br/noticia/geral/exercito-realiza-operacao-agata-na-regiao>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MCNEILLY, Mark. **Sun Tzu e a arte da guerra moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na Era da Informação**. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

_____. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

WOLOSZYN, André Luís. **Guerra nas Sombras: os bastidores dos serviços secretos internacionais**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.